



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 6 | EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO E O AVANÇO DO CONSERVADORISMO REACIONÁRIO NO CONTEXTO DE CRISE DO CAPITAL

THE APOLITICAL SCHOOLS MOVEMENT AND THE ADVANCEMENT OF REACTIONAL
CONSERVATISM IN THE CONTEXT OF CAPITAL CRISIS

Cristiana Costa Lima ¹
Leilane da Silva Fonseca ²

RESUMO

Análise do Movimento Escola Sem Partido como uma das estratégias do capital para edificar uma ideologia de destruição dos direitos sociais conquistados a partir da Constituição de 1988. Entende-se que a implementação de um conjunto de leis contrárias ao direito à educação laica, plural e democrática, ao direito à participação e organização política dos estudantes e profissionais da educação têm contribuído na conformação de uma cultura conservadora reacionária na sociedade brasileira, a partir do discurso ideológico que se não se reconhece como ideológico. Para desenvolver a reflexão proposta, fez-se breve histórico da emergência do movimento, por meio de pesquisa documental e bibliográfica. Explanou-se, ainda, a categoria ideologia, tendo com suporte o pensamento de Antonio Gramsci. Ao final, conclui-se que o que está em jogo é a disputa pelo fundo público para consolidar um Estado neoliberal voltado para atender aos interesses do capital.

Palavras-Chaves: Escola sem partido. Conservadorismo. Ideologia

ABSTRACT

Analysis of Apolitical Schools Movement as one of the strategies of capital to build an ideology of destruction of social rights conquered since the 1988 Constitution. It is understood that the implementation of a set of laws contrary to the right to secular, plural and democratic

¹ Professora do Departamento de Serviço social da UFMA (DESES/UFMA), doutora em Políticas Públicas. E-mail: costalima.cristiana@gmail.com

² Graduanda do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), bolsista de iniciação científica da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA). E-mail: leilane.lsf@hotmail.com.

education, the right to participation and political organization of students and education professionals have contributed to the formation of a reactionary conservative culture in Brazilian society, based on the ideological discourse that is not recognized as ideological. To develop the proposed reflection, a brief history of the movement's emergence was made, through documentary and bibliographic research. The ideology category was also explained, supported by the thought of Antonio Gramsci. In the end, it is concluded that what is at stake is the dispute for the public fund to consolidate a neoliberal State aimed at serving the interests of capital.

Keywords: Apolitical Schools. Conservatism. Ideology.

INTRODUÇÃO

A emergência de movimentos sociais liberais, que trazem consigo um discurso alinhado às teses neoliberais, propiciou a formação de sujeitos políticos atuantes na defesa do livre mercado e da retomada do liberalismo no país. Instrumentalizados pelas novas tecnologias próprias das redes sociais, esses sujeitos trouxeram significativa influência no debate acerca dos rumos da educação, da ciência e da cultura.

Este trabalho é resultante do processo de pesquisa inserido no âmbito do projeto que aborda a cultura conservadora reacionária e sua interface com a formação profissional em Serviço Social no contexto da crise do capital. Trata-se de pesquisa documental e bibliográfica que tem mapeado a nova direita no Brasil e sua recente ascensão. Desse modo, este artigo dedica-se a analisar como a cultura conservadora reacionária incide sobre a educação e fomenta a ascensão de movimentos como o Escola Sem Partido, que ganhou visibilidade após as manifestações de rua no ano de 2013 e o golpe institucional parlamentar-jurídico-midiático que destituiu Dilma Rousseff da Presidência da República, em 2016.

Para Leher (2019), as tendências e ações do Movimento Escola Sem Partido nutrem forte sentimento com características anti-intelectualista e anticulturalistas. Um exemplo disso foi que o atual presidente Jair Bolsonaro direcionou grande parte de sua campanha eleitoral para atacar as universidades públicas e a educação pública em geral, atribuindo ao espaço das escolas e universidades públicas um lugar de “doutrinação ideológica” de esquerda.

Nesse contexto, o movimento Escola Sem Partido tem se constituído como uma das expressões do conservadorismo reacionário para a consolidação de ideologias que cimentam na sociedade os interesses do grande capital e que envolvem todas as esferas da vida social, entre elas a educação.

Para Netto (2011), na teoria social crítica elaborada por Marx, a realidade histórica é um complexo de complexos, um complexo de múltiplas determinações, no qual essas determinações são traços pertinentes ao elemento constitutivo da realidade. É no referencial gramsciano que se buscou o instrumento analítico para decompor a relação entre a cultura conservadora reacionária e constituição de sujeitos políticos na luta pela hegemonia, na qual movimentos como Escola Sem Partido se inserem, atualmente, no campo do pensamento neoliberal.

Para desenvolver a análise, realizamos uma abordagem aproximativa do tema por meio do debate da categoria ideologia, tomando Antonio Gramsci como autor de referência. Também resgatamos breve histórico que contextualiza a emergência e proposições do movimento Escola Sem Partido. Por fim, à guisa de uma conclusão, trazemos o alerta sobre a batalha das ideias que travamos atualmente no mundo e apontamos a posição que devemos assumir, se pretendemos um mundo socialmente justo e com uma educação integral e transformadora.

2 REAÇÃO CONSERVADORA SOB O MOTE DA ESCOLA SEM PARTIDO

Nos seus estudos sobre o conservadorismo clássico, Escorsim Netto (2011) analisa que o pensamento conservador migra para a recusa da própria herança iluminista e da Revolução Francesa que ajudou a construir. Na primeira, a recusa à capacidade do sujeito de utilizar a razão como fio condutor de sua reflexão e ação. Na segunda, a rejeição à ordem social construída pela burguesia revolucionária francesa, cuja centralidade na hierarquia social, família e teocentrismo foi superada. O pensamento conservador, ao negar esses dois pilares da sociedade burguesa, acaba por vincular-se a um irracionalismo e a um discurso cujo fundamental é o ódio e a violência a um inimigo potencial. Quer voltar a um tempo que não tem mais volta. Mas esse discurso seduz significativos setores médios da sociedade brasileira.

Depois de 1848, o conservadorismo, confrontando com a “questão social” e o movimento socialista revolucionário de base operária, rendeu-se à irreversibilidade do desenvolvimento capitalista e assumiu uma perspectiva especialmente contrarrevolucionária, oferecendo alternativas reformistas para preservar a ordem estabelecida e, incorporando, em sua tendência predominante, a racionalidade instrumental-positivista, mobilizou-se para elaborar a representação teórico-metodológica da sociedade burguesa (ESCORSIN NETTO, 2011, p. 69).

Dessa forma, a autora regata o movimento predominante na práxis do campo conservador no início do século XX. A partir disso, podemos inferir que o conservadorismo não abandonou as suas teses anteriores, mas as manteve latentes para emergirem quando retomassem força no movimento da sociedade.

O ultraneoliberalismo é implementado a partir de um conjunto de reformas que visa destruir os direitos sociais conquistados pela Constituição de 1988. No Brasil, sustenta-se na aliança dos interesses de representantes de bancos e organizações financeiras, em tese, setores modernos e internacionalizados, ao lado do agronegócio exportador e empresariado do ramo de serviços. Todos reunidos no apoio ao governo de Jair Bolsonaro.

Tais reformas vêm sendo implementadas desde o golpe institucional parlamentar-jurídico-midiático de 2016 – em retirou Dilma Rousseff do Palácio do Planalto –, com destaque para as reformas trabalhista e previdenciária. Por outro lado, tem implicado em retrocessos na área da reforma agrária, na área da mineração, na demarcação de terras indígenas e quilombolas, como na retomada do Centro de Lançamento de Alcântara, colocando aquele território quilombola sob controle dos Estados Unidos.

O capital, em contexto de crise sistêmica, busca se recompor e aumentar suas taxas de lucro, revigorando o que Fernandes (1981) vai pontuar como capitalismo dependente. Deste modo, o capitalismo dependente se concretiza por meio de sobre-expropriação e de autocracia, conjuga crescimento econômico dependente com miséria e exclusão despóticas, além da ausência de direitos fora dos setores sociais dominantes.

Conforme Leher (2020, p. 110), o neoliberalismo ganhou novos contornos e características estruturais.

O sistema de acumulação é o mesmo, mas com qualidades distintas. O divisor de águas foi duplo e interligado: o golpe de 2016 e a Emenda Constitucional 95/2026. É possível caracterizar o novo regime fiscal como uma lei de ferro, pois engendra, determina, estabelece a redução – peremptória – das

despesas primárias, derrubando as verbas para educação, ciência, tecnologia, seguridade, em resumo, para a totalidade dos direitos sociais.

A crise do capital traz como resposta uma aguerrida ofensiva no plano da luta ideológica. Ainda conforme Roberto Leher:

[...] É possível depreender como a ‘Guerra Cultural’, estruturada por meio de grupos em consórcios (think tanks, institutos, fundações diversas), é parte da estratégia política de guerra infinita contra a esquerda socialista, os valores laicos e seculares forjados nas lutas emancipatórias dos povos. No longo período da Guerra Fria, estéticas, metodologias, valores foram sendo aperfeiçoados, gerando, nas fundações privadas vinculadas às corporações, um inegável aprendizado que, no contexto atual, tem se revelado muito útil para a recente ‘Guerra Cultural’, agora baseada em tecnologias de informação, como se viu no caso da Cambridge Analytica/Steve Bannon, contra os valores iluministas e da Revolução Francesa (LEHER, 2020, p. 113).

Essa nova direita, associada ao apoio midiático, vem disputando intensamente os rumos da educação brasileira, desde 2003. Esses grupos de extrema direita estão organizados na sociedade civil e contam com o apoio de grandes empresários e dos inúmeros meios de comunicação com o objetivo de formar intelectuais que ocuparão espaços públicos e privados importantes, como universidades, mídias, partidos e associações de classe. Essa direita neoliberal, que se define também por bandeiras essencialmente econômicas, não tem nada de nova, são grupos que se assemelham pela defesa de uma pauta econômica baseada no Estado mínimo.

Para Freitas (2018, p. 55), movimentos como estes, no âmbito da educação, permitem o objetivo central do neoliberalismo consolidar-se: que é obter o controle do processo educativo da juventude, instalando a hegemonia das ideias neoliberais. É nesse contexto que a atuação de movimentos como o da “escola sem partido” se firma, desafiando as demais visões alternativas e críticas no interior das escolas.

O modo como o pensamento conservador vem sendo difundido por esses grupos, principalmente por meio das redes sociais, como exemplo o Facebook, está sendo fortemente discutido na sociedade brasileira, desde 2014. A nova direita brasileira se espelha e tem vinculações também com organizações estrangeiras, principalmente dos Estados Unidos, com o objetivo de formar líderes estudantis para lutar pela liberdade de mercado. Exemplo são os líderes que criaram o movimento social Movimento Brasil Livre (MBL), tendo grande destaque no apoio ao golpe de 2016.

Nesse contexto de defesa da agenda neoliberal no país, o Movimento Escola Sem Partido tem se constituído como uma das expressões do conservadorismo reacionário para a consolidação de ideologias que cimentam na sociedade os interesses do grande capital. Apoiado pelo MBL nas ruas e nas redes sociais, após o afastamento de Dilma Rousseff, o Movimento Escola Sem Partido teve em sua defesa líderes como Kim Kataguiri e Fernando Holiday, junto com pequenos grupos, para empunhar cartazes e memes que pediam uma “escola sem partido” na sociedade brasileira. A iniciativa desse grupo foi no sentido de incentivar vereadores de todo o país a apresentarem projetos de lei, nas Câmaras Municipais de suas cidades, impedindo a tal doutrinação em sala de aula. Um exemplo disso, na cidade do Rio de Janeiro, o projeto foi apresentado pelo vereador Carlos Bolsonaro, filho do atual presidente Jair Bolsonaro.

Como nos orienta Casimiro (2018), a intenção da nova direita no Brasil, ao participar dos atos que possibilitaram apoio ao golpe de 2016, não foi para combater a corrupção, mas sim para fazer com que a superestrutura política do país girasse à direita, abrindo espaço para que projetos como Escola Sem Partido pudessem ser aprovados na sociedade brasileira. Pois, são grupos que se assemelham pela defesa da privatização, inclusive de serviços assegurados como direitos pela Constituição, como a educação.

Para compreendermos mais ainda os projetos de lei sobre o movimento Escola Sem Partido, eles versavam sobre propostas pontuais em relação às discussões de gênero e supostas “doutrinações” de professores sobre alunos. Entre as propostas estavam alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que propunham dar precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar, proibir o Ministério de Educação (MEC) de distribuir livros às escolas públicas que versassem sobre orientação à diversidade sexual de crianças e adolescentes e suposta doutrinação política, moral, religiosa ou ideologia de gênero nas escolas (AÇÃO EDUCATIVA, 2016).

Frigotto (2017, p. 18) registra:

As teses do Escola sem Partido não podem ser entendidas nelas mesmas e nem como algo que afeta apenas a escola e os educadores. Pelo contrário, um olhar na perspectiva da historicidade dos fatos e fenômenos, vale dizer, das determinações mais profundas e menos visíveis que os constituem, indica-nos que se trata de algo já sedimentado nas relações sociais. [...] Sendo o capitalismo uma sociedade de classe e frações de classe, na ganância pelo lucro, estabelece-se uma luta entre e intranações e a história nos mostra que

tem se resolvido por guerras, revoluções e golpes. Por outra parte, trata-se de uma sociedade que tem em sua estrutura a crise como o seu motor. Uma crise cada vez mais profunda e que o seu enfrentamento se efetiva por destruição de meios de produção e de forças produtivas, em particular eliminando direitos da classe trabalhadora.

Segundo Frigotto (2017), os impactos do movimento Escola Sem Partido vão para além da sala de aula, para além da relação professor-aluno, gerando consequências à sociabilidade brasileira, pois pressupõe questões éticas de como concebemos nossa moral referente ao conservadorismo, ao elitismo, ao privatismo, ao misticismo religioso e ao dogmatismo. Algo que Eduardo Girotto (2016) reafirma:

O discurso dos defensores do Escola Sem Partido tem uma clara função estratégica de ocultar este controle da escola que já vem ocorrendo de forma intensa através desses mecanismos assentados numa perspectiva empresarial de educação. Ao difundir a ideia de que a escola tem sido local de “doutrinação ideológica de esquerda”, os defensores do Escola Sem Partido, de forma hipócrita e interesseira, militam em favor da ampliação do controle e da precarização do trabalho docente, do desrespeito à autonomia das escolas e dos sujeitos da educação e em favor de todos aqueles que têm lucrado, substancialmente, com esse projeto (GIROTTTO, 2016, p. 73).

Para Colombo (2018, p. 54), no campo das políticas públicas educacionais brasileiras é possível identificar, a partir de 2014, o avanço do protagonismo de forças políticas visando implementar um conjunto de leis contrárias ao direito à educação laica, plural e democrática, ao direito à participação e organização política dos estudantes e profissionais da educação, dentre outras pautas historicamente defendidas por movimentos sociais de trabalhadoras e trabalhadores da educação.

De acordo com Abrucio (2016, p. 61), o projeto Escola Sem Partido baseia-se em equívocos conceituais. O primeiro deles é acreditar que seja possível transmitir conhecimentos de uma forma neutra. Reis (2016, p. 124) também pontua que a proposta do Escola Sem Partido impede a formação cidadã, inibe o desenvolvimento do conhecimento científico e nega os saberes do estudante, além de também inibir a socialização, que permitiria conhecer e respeitar o outro. Nesse sentido, a proposta perpetua a escola reprodutora das desigualdades na sociedade e mantém a função conservadora que reflete e reproduz as injustiças da sociedade.

Em 2019, o Escola Sem Partido tomou novo vigor sob o governo Bolsonaro, que contemplou os interesses do movimento, via Ministério da Educação (MEC), que pretendeu proibir a doutrinação ideológica em ambiente escolar e universitário,

introduzindo uma cultura conservadora e uma proposta antidemocrática na política de educação.

O “novo” projeto Escola Sem Partido, assinado pela deputada Bia Kicis (PSL/DF), em 2019, traz um artigo que proíbe explicitamente que os grêmios exerçam atividades político-partidários. Para Penna (2019), o grêmio é o lugar onde experiências positivas com a política e a democracia podem acontecer pela primeira vez. Então, atacar isso é atacar um dos cerne da formação política do estudante, e que inviabilizaria toda uma organização do movimento estudantil.

Segundo Penna (2019), esse movimento conservador reacionário é algo que está ameaçando a escola como espaço de debate com argumentos frágeis e que devemos tentar levar a atenção da sociedade para os reais problemas da escola. O Escola Sem Partido é apenas mais uma tentativa de destruir a escola democrática, a escola cidadã, conquistas da Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, sob o pretexto de um suposto combate a sua doutrinação ideológica.

Nesse sentido, o uso do termo ideologia passou a ser utilizado com muita frequência. Sempre identificando ideologia como algo ruim, com uma carga valorativa que tem “desvirtuado” crianças e adolescentes. Dessa forma, todo o discurso gira em torno da necessidade de construir um país sem ideologias. O que precisamente querem dizer com “ideologia de gênero”, “ideologia de raça”, “ideologia cientificista”, “ideologia comunista”, talvez nem eles mesmo saibam. De toda forma, não é a primeira vez que na história da humanidade esse discurso foi utilizado para justificar atrocidades, foi assim por exemplo, com o nazismo. O discurso da supremacia da raça ariana foi assumido pelo povo alemão como verdade.

Essas constatações surgem da vida cotidiana e por necessidades coletivas, assumem a aparência de verdade ao levar massas inteiras a se comportar de uma determinada maneira. Isto é o “falso socialmente necessário”, como aponta Lessa (2019). “O nazismo é um claro exemplo de um “falso socialmente necessário”: uma ideia absurda levou milhões a morrerem nos campos de batalha da Segunda Grande Guerra para impor a supremacia da raça ariana”. (LESSA, 2019, p. 11). Foi a crença nessa superioridade da raça que possibilitou manter um contingente de trabalhadores submissos e explorados, assim como outros milhões de trabalhadores perderem suas

vidas durante a Segunda Guerra Mundial para defender os interesses da burguesia alemã.

Do ponto de vista da ciência, a ideologia também precisa ser rechaçada, pois, para os positivistas e os neopositivistas, um conhecimento para ser verdadeiro precisa se afastar de qualquer influência subjetiva, de classe ou mesmo econômica. Obviamente, que essa concepção teórica pode, em si mesma, ser utilizada para justificar as desigualdades e os interesses de classe na sociedade capitalista. Isso porque não existe ciência que não seja influenciada por interesses econômicos, sociais ou mesmo culturais. O investimento em tecnologias, para citar um exemplo, é determinado pelos interesses das classes dominantes.

É em Antônio Gramsci, inclusive um autor extremamente criticado pelos defensores da escola sem partido, que vamos encontrar a base de referência para o entendimento do conceito de ideologia. Para Gramsci (2004) as ideologias são expressões da estrutura e se modificam com a modificação desta. Nas palavras do autor:

É surpreendente que o nexo entre a afirmação idealista de que a realidade do mundo é uma criação do espírito humano e a afirmação da historicidade e da caducidade de todas as ideologias feitas pela filosofia da práxis, a partir do fato de que ideologias são expressões da estrutura e se modificam com a modificação desta, não tenha jamais sido afirmado e convenientemente desenvolvido. (GRAMSCI, 2004, p.131).

Dessa forma, Gramsci considera “um erro exigir da ciência como tal a prova da objetividade do real, já que esta objetividade é uma concepção de mundo, uma filosofia, não podendo ser um dado científico” (GRAMSCI, 2004, p. 173).

“Objetivo” significa precisamente e apenas o seguinte: que se afirma ser objetivo, realidade objetiva, aquela realidade que verificada por todos os homens, que é independente de todo ponto de vista que seja puramente particular ou de grupo. Mas, no fundo, também esta é uma concepção particular do mundo, uma ideologia. (GRAMSCI, 2004, p.173 – grifo nosso).

Gramsci exclui que a origem das ideias devesse ser buscada nas sensações e, portanto, em última análise, na fisiologia. Mas esta mesma “ideologia” deve ser analisada historicamente, segundo a filosofia da práxis como uma superestrutura. Portanto, como superestrutura não pode ser entendida apartada da base estrutural da sociedade. As determinações do modo de produzir na sociedade vão determinar o modo de pensar nessa sociedade.

Desse ponto de vista, a ideologia proposta pelo Escola Sem Partido torna-se funcional à lógica capitalista, principalmente, em um contexto de avanço do processo de mercantilização da educação e de privatização do ensino superior.

Assim, o que temos, para sustentar o Escola Sem Partido é uma ideologia que se não se reconhece como ideológica. Ocorre que não há sociedade sem ideologia. Destarte, o discurso contra as ideologias por parte do Escola Sem Partido nada mais é do que o discurso ideológico dos militantes da ideia de uma escola em partido.

3 CONCLUSÃO

A reflexão trazida neste artigo evidencia que ação dos movimentos sociais de direita, organizados na sociedade brasileira antes e após o golpe de 2016, vem fortalecendo o desmonte das políticas educacionais e favorecendo o controle e intensificação dos mecanismos de predomínio do neoliberalismo na educação. Assim, é preciso destacar que o que está em disputa é nicho do mercado da privatização do ensino superior no Brasil.

Desse ponto de vista, a universidades são as que mais tem sofrido com profundos ataques do atual governo. Desde a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, de corte dos gastos públicos, o que temos visto são avanços em propostas para desqualificar as universidades públicas e a educação pública. Desde acusações descabidas e não comprovadas, como a de que nas universidades há plantações de maconha, passando por medidas autoritárias de perseguição a professores, intervenção na escolha de reitores, limitação da liberdade de cátedra, corte no financiamento de bolsas para pesquisa, até um amplo projeto de privatização das universidades por meio da proposta do “Future-se”, unem-se a propostas propagandeadas pelo Escola Sem Partido. São eixos do mesmo projeto de mercantilização da educação pública e gratuita.

As tensões causadas no campo da educação se intensificaram por intermédio de um discurso de ódio, baseado no irracionalismo da nova direita contra a ideologia de um chamado “marxismo cultural”. As ações desencadeadas por um governo de extrema-direita, conservador e autoritário em defesa da agenda neoliberal provocam profundas alterações no cenário social, econômico e político do país.

Nesse contexto de tensões e impactos na política de educação, a conscientização é fundamental para o processo de organização social e a escola tem o papel importante nos debates sobre as expressões da questão social. As relações traçadas na sociedade pela nova direita e seus aliados, passam a implementar um conjunto de reformas que desestruturam a luta dos trabalhadores, ao mesmo tempo que almejam recompor ao capital as garantias dos processos de acumulação. Acreditamos que é necessário buscar estratégias de resistência na sociedade para conter esse processo autoritário e conservador sobre a educação pública brasileira, posto que o que temos agudamente, hoje, é a batalha de ideias a ser travada contra concepção ideológica retrógrada que visa edificar uma estrutura societária que nega os direitos sociais conquistados pela sociedade nos últimos anos, a fim de consolidar um Estado neoliberal voltado para atender aos interesses do capital financeiro e agroexportador.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando. **Contra Escola Sem Sentido**, fls. 59-63. Ação Educativa, 2016.

AÇÃO EDUCATIVA. **A ideologia do movimento Escola Sem Partido**: 20 autores desmontam o discurso/Assessoria, Pesquisa e Informação (Org.). — São Paulo. 2016.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A nova direita no Brasil. Aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular. 2018.

COLOMBO, Luiza Rabelo. **Reflexões sobre o Movimento Escola Sem Partido e seu avanço no campo das Políticas Educacionais Brasileiras**. Entropia, Rio de Janeiro. Vol. 2, N°3, Janeiro/Junho/2018, pág. 52/68.

ESCORSIM NETTO, Leila. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. Cortez, 2011.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

GIROTTO, Eduardo. **Um Ponto Na Rede**: O “Escola Sem Partido” no Contexto da Escola do Pensamento Único, fls. 69-76, Ação Educativa, 2016.

GRAMSCI, ANTONIO. **Cadernos do cárcere**, 6 Vols., organizados e traduzidos (a partir da Edição crítica do Instituto Gramsci, de responsabilidade de Valentino Gerratana, publicada pela Editora Einaudi, Torino 1977) por Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2004.

LEHER, Roberto. **Autoritarismo contra a Universidade: o desafio de popularizar a defesa da educação pública**. Expressão Popular, 2019.

LEHER, Roberto. **Guerra Cultural e Universidade Pública**. In Future-se (recurso eletrônico): ataque à autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao mercado. Org. Jaime Giolo, Roberto Leher, Valdemar Sguissardi. Ilustrada por Rafael Leme. São Carlos, SP. Diagramação Editorial, 2020. Disponível em: <http://www.diagramaeditorial.com.br/project/future-se>. Acesso em 18 de junho de 2020.

LESSA, Sérgio. **Escola Sem Partido e Sociedade Sem Ideologia**. Maceió: Coletivo Veredas, 2019.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PENNA, Fernando. **Rede UBES, defensor da escola democrática**, Fernando Penna conversa com estudantes, Salvador, 2019. Disponível: <http://ubes.org.br/2019/defensor-da-escola-democratica-fernando-penna-conversa-com-estudantes/>. Rede UBES. Acesso dia 18/12/2019.